

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Sexta Sessão Ordinária
24 - 28 de Janeiro de 2005
Abuja, NIGÉRIA

EX.CL/155(VI)
Original: Inglês

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÁFRICA

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÁFRICA

Resumo executivo

1. Consciente do potencial que os sectores da agricultura e dos recursos naturais têm para a segurança alimentar, bem como para garantir o desenvolvimento sócio-económico em África, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, na sua 3ª Sessão Ordinária tida lugar em Maputo, em Julho de 2003, a Cimeira Extraordinária sobre a Agricultura e Aguas, em Sirte, Líbia, em Fevereiro de 2004, e a Cimeira Extraordinária sobre o Emprego e o Alívio da Pobreza, realizada em Ouagadougou, Burkina Faso, em Setembro de 2004, adoptaram várias decisões e declarações instando os Estados membros a dedicarem especial atenção ao desenvolvimento dos diferentes sectores da agricultura.

2. A Comissão da União Africana (CUA) fora mandatada pelos Chefes de Estado e de Governo no sentido de facilitar a materialização de todas as decisões e declarações visando alcançar o desenvolvimento agrícola e rural, incluindo a realização da auto-suficiência em termos de produção alimentar, água potável e saneamento. Para o efeito, a CUA, nos últimos três anos, levou a cabo uma série de actividades e iniciativas para a implementação de decisões e declarações pertinentes, com vista à criação de políticas efectivas e de ambientes favoráveis à concretização da segurança alimentar e redução da pobreza no continente.

Ponto da actual Situação de Segurança Alimentar em África

3. O relatório da FAO sobre a Segurança Alimentar a nível mundial indica que:

- i) “os esforços até agora envidados para a redução da fome crónica nos países em vias de desenvolvimento, não foram suficientes para se poder reduzir à metade, em 2005, o número de pessoas que padecem de fome;
- ii) Entre 2002 e 2005, mais de 30 países representando 2.2 bilhões de pessoas, reduziram a prevalência da subnutrição a um 25% e fizeram progressos importantes em prol da redução à metade, até 2015, do número de pessoas que padecem de fome;
- iii) Os custos por não se tomarem acções imediatas e efectivas para a redução da fome a uma taxa comparável ao nível mundial, traduzem-se numa perda de 5 milhões de crianças, por razões nutricionais e de milhões de dólares pela queda da produtividade e de receitas”;

- iv) Dentre os 30 países que registaram progressos na redução da fome a uns 25% ou mais, figuram os da África sub-saariana, excluindo os que são afectados por conflitos ou guerras civis. Isto demonstra que, com esforços concertados e havendo paz e segurança, os países africanos são capazes de eliminar a fome e reduzir a miséria ou extrema pobreza.

4. Enquanto que a taxa de pessoas subnutridas em África desceu de 29% em 1990/92, para 27% em 2000/02, os números absolutos aumentaram de 175.8 milhões para cerca de 210 milhões de pessoas, das quais 97% eram dos países da África Sub-sahariana.

5. Em 2004, a situação de segurança alimentar continuou a prevalecer na maior parte dos Estados membros da UA. Porém, segundo uma Rede dos Sistemas de Aviso Prévio sobre a Fome (FEWS) da USAID, presente em 29 países africanos, seis países viveram, em meados de Novembro de 2004, situações de Insegurança Alimentar de Emergência que requeriam intervenções urgentes, dos quais três em “Estado de Alerta” e dois sob Observação, requerendo prevenção e monitorização acrescida.

6. Estima-se que o número de pessoas em risco de subnutrição atinge os 23 milhões, com cerca de 14 milhões a necessitarem de uma assistência alimentar de urgência, em pelo menos 10 Estados membros da UA. As razões vão desde irregularidades nos cultivos, à seca e cheias no Corno da África, passando pela problemática dos refugiados como consequência de conflitos civis no Sudão e no Norte do Uganda, assim como as pragas de gafanhotos na Mauritânia.

7. Para a África no seu conjunto, o fardo da importação de alimentos no ano 2000, aumentou para mais de 18.5 bilhões de dólares, devendo ser reforçada com uma ajuda alimentar de pelo menos 3 bilhões de toneladas. Para que se mantenha o nível de segurança alimentar nesta região, até 2015, ao rácio atingido em 1995, a África Sub-saariana deverá produzir 118 milhões de toneladas de cereais, dos 139 milhões que são necessários.

8. O relatório faz referencia a várias iniciativas tomadas nos últimos anos pela comunidade internacional, a UA, as CERs e governos nacionais. Estas iniciativas incluem a Cimeira Mundial sobre a Alimentação; as decisões de Maputo e Sirte; a Missão, Visão da UA, bem como o seu Programa de Actividades de 2004-2007.

Praga do Gafanhoto na Região do Sahel e Norte da Africa

9. O continente africano está a experimentar um novo, expansivo e dos piores surtos de gafanhotos do deserto em mais de 15 anos. Esta situação é consequência do regresso de condições climáticas favoráveis, depois de vários anos de seca, e o abrandamento contínuo dos sistemas nacionais de monitorização e vigilância. Choveu bastante durante o verão de 2003, no Sahel

da África Ocidental e Sudão, causando pragas locais na Mauritânia, Mali, Níger e Sudão, em Outubro. No mês de Novembro, enxames em direcção ao Noroeste de África, onde houve reproduções no Outono de 2004, tendo como resultado o desenvolvimento de uma praga.

10. A situação provocada pelo gafanhoto do deserto continua a ser extremamente grave no Noroeste de África e, menos grave na África ocidental. O norte de Marrocos e a Argélia continuam a registar a entrada de enxames provenientes do Sahel. Indica-se igualmente a chegada de uma gama de enxames imaturos no Sul da Mauritânia, no nordeste do Senegal e Mali ocidental. Estão a ser introduzidos mecanismos de controle em todos os países afectados e, para além de que foram tratados cerca de meio milhão de hectares, até Dezembro.

11. Tendo em vista a séria ameaça que o surto do Gafanhoto do Deserto causa à segurança alimentar em alguns dos Estados Membros, o Comité de Políticas do Fundo Especial de Emergência da UA para a Seca e a Fome em África (SEAF), durante a sua 10ª Reunião extraordinária tida lugar a 13 de Agosto de 2004, aprovou 1 milhão de dólares para a assistência aos governos e populações dos 9 (nove) países mais afectados pela praga do gafanhoto.

Implementação das Decisões da Cimeira da UA /Decisões de Maputo

12. Uma série de decisões dos Chefes de Estado e de Governo relacionadas com o mandato do Departamento de Economia Rural e Agricultura, encontra-se em várias fases de execução. Foi elaborado um plano de acção estratégico para a implementação de todas as decisões tomadas em Maputo e Sirte, à respeito do desenvolvimento agrícola e rural. A expectativa é de que a implementação de todas as decisões esteja concluída nos finais de 2007.

13. Os seis escritórios técnicos especializados da UA em matéria de agricultura e recursos naturais, i.e. o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Cereais Semi-Áridos (SAFGRAD), o Bureau Inter-Africano para os Recursos Animais (BIRA), o Centro Pan-africano de Vacinas Veterinárias (PANVAC), o Conselho Fitossanitário Inter-africano (IAPSC/CIAF), a Campanha Pan-africana de Controle e Erradicação da Tsétsé e Tripanossomiase (PATTEC) e o Programa de Gestão Integrada do Maciço de Fouta-Djallon, foram totalmente incorporados na UA-DREA/DERA. A Comissão já nomeou os directores substantivos para o SAFGRAD, o BIRA e o CIAF, assim como um Coordenador interino para o Programa de Fouta Djallon. Foram igualmente nomeados os funcionários chave para o PATTEC e os respectivos Chefes de Divisão para as três divisões da DERA. Está a ser feita a procura de directores para os programas de Fouta Djallon e PANVAC, respectivamente.

O Programa de Fouta Djallon

14. O Programa de Fouta Djallon foi revitalizado; e, desde a reabertura do Escritório de Fouta Djallon, em Julho de 2004, os Doadores prometeram financiá-lo com uma verba anual de 3.2 milhões de dólares para os próximos 10

anos, visando a implementação das actividades consagradas ao desenvolvimento integrado. A Comissão já deu os necessários passos para a nomeação de um coordenador de Programas, que deverá assumir as funções nos finais de 2005.

15. O programa PATTEC foi consolidado, e obtido um financiamento suplementar do BAD para a implementação dos programas PATTEC nos primeiros seis países membros; e muitos outros países desenvolveram as suas próprias estratégias, planos de acção e propostas para a implementação da Iniciativa PATTEC. Com base no nível de mobilização para a implementação dos objectivos da PATTEC, os progressos feitos na execução nos 37 países afectados pela Tsétsé e Tripanossomiase, podem ser categorizados em 3 grupos, a saber:

- (a) 8 Países, onde iniciaram de facto a implementação das actividades consagradas à erradicação da mosca Tsé-Tsé.
- (b) 18 países, que prepararam planos ou declararam as suas intenções de se engajar em actividades de erradicação da Tsétsé;
- (c) 11 países, onde nem sequer existem quaisquer arranjos para o início de actividades de erradicação da Tsétsé, e além da ausência de Pontos Focais da PATTEC.

Conselho Fitossanitário Inter-Africano da UA (IAPSC/CFIA)

16. Os constrangimentos para a implementação de padrões fitossanitários e o dever dos Estados Membros para com os requisitos da OMC-SPS continuam a ser um motivo de preocupação, despertando a atenção do Conselho Fitossanitário Inter-africano da UA (IAPSC/CFIA). **A Declaração de Maputo** conferiu poderes ao IAPSC/CFIA para assegurar a implementação de padrões fitossanitários nos domínios de sanidade vegetal e segurança alimentar.

17. Os requisitos para o cumprimento dos padrões fitossanitários internacionais representam um dos maiores desafios dos países africanos na protecção de plantas, numa agricultura liberalizada. O IAPSC/CFIA apresentou e fez comentários acerca destes constrangimentos através de vários fóruns tanto ao nível local (em África, durante a 21ª Assembleia geral, em Dakar, Senegal) como internacionalmente, ou seja durante a 16ª Consulta Técnica entre Organizações de Protecção de Plantas Regionais – a 16ª Consulta Técnica de Nairobi, em Setembro de 2004.

18. Propõe-se que seja renovado o mandato do IAPSC/CFIA:

- i) Para proporcionar um ambiente propício à inspecção/vigilância fitossanitária mediante a defesa de legislações fitossanitárias actualizadas, correspondendo com as obrigações internacionais;
- ii) Para um aumento da transparência e das capacidades para o processo de decisão científica, através da formação em Análise de Riscos da Peste;

- iii) Para se aumentar a capacidade das inspecções fitossanitárias nas fronteiras regionais e ao longo das fronteiras de África;
- iv) Para o estabelecimento de sistemas de alerta prévio na eventualidade de pestes migratórias, especialmente gafanhotos, vermes e pássaros ‘queale’;
- v) Para promover a peste integrada e a gestão das culturas, bem como defender a retirada de estoques de pesticida obsoletos de toda a África.

PANVAC

19. O PANVAC, sediado na Etiópia e criado inteiramente por parceiros de desenvolvimento, tem funcionado a título de Escritório Técnico Especializado da OUA para a certificação de vacinas animais. Foi assinado um acordo de Sede entre a Comissão e o governo etíope, em 2003. Avançou-se com uma proposta para a incorporação do PANVAC dentro da estrutura organizacional do DERA da Comissão. A proposta está a ser analisada para adopção.

Meio-Ambiente e Recursos Naturais

20. Tendo em vista a implementação da decisão que adopta a Convenção Africana revista sobre a Conservação da Natureza e os Recursos Naturais, que é um instrumento legal importante visando garantir a segurança alimentar através de uma gestão e desenvolvimento duradouros da biodiversidade Africana, a CUA organizou duas “Semanas de assinaturas da Convenção”, inicialmente de 3 a 10 de Dezembro e, uma segunda, de 6 a 13 de Dezembro de 2004. Como resultado deste esforço singular, 30 (trinta) Estados Membros assinaram já a Convenção, enquanto que 3 (três) ratificaram-na. Visto que são necessárias 15 ratificações para a Convenção poder entrar em vigor, os Estados Membros deverão tomar acções urgentes no sentido de acelerarem o processo de ratificação por forma a permitir a sua entrada em vigor, levando a Comissão a tomar providencias para facilitar a devida implementação da Convenção.

21. A Comissão tem estado a procura de e a criar parcerias com algumas instituições em África, com vista a identificar áreas de colaboração para o progresso da implementação dos compromissos de reforço institucional, tal como preconizados na Declaração de Sirte. Neste sentido, a CUA está a analisar a possibilidade de assinar um Memorando de Entendimento (MoU/MoE) com instituições, tais como o Fórum para a Investigação da Agricultura (FARA), o Centro Africano de Aplicação Meteorológica para o Desenvolvimento (ACMAD), o Instituto Internacional de Investigação do Gado (ILRI), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio-ambiente (PNUMA).

22. A Comissão desenvolveu também um projecto para a integração nos finais de 2005, de AMCOW, AMCEM e a Conferencia dos Ministros africanos sobre a Agricultura, como Comitês Técnicos Especializados (CTEs) da CUA.

Nesta ordem de ideias, foram feitos contactos junto da AMCOW para a recolha dos seus pontos de vista sobre como deverá proceder o processo de integração.

O Sector das Águas

23. Na sequência da adopção da Facilidade Africana da Água e o reconhecimento da Visão Africana da Água de 2005, manifesta na Declaração de Sirte, o Conselho Ministerial Africano sobre a Água (AMCOW), anunciou o lançamento da Facilidade, aquando da reunião do Comité Executivo, realizada em Tunes, em Junho de 2004. A Facilidade encontra-se actualmente aberta oficialmente no BAD. Os instrumentos para a gestão e administração da mesma foram elaborados e serão analisados pelo AMCOW. O BAD confirmou a recepção de fortes promessas de apoio para a referida Facilidade, designadamente do Canadá (20 milhões de \$Can); do próprio BAD com 2.3 milhões de \$EU; dos Países Baixos com 16 milhões de Euros – repartidos em 4 milhões/ano; da União Europeia com 20 milhões de Euros; e da França, que indicou as possibilidades de desembolsar entre 3 e 5 milhões de Euros, anualmente.

Declaração de Sirte

24. O plano estratégico da omissão para 2005 – 2007 cobre o plano de implementação para quase todas as questões manifestos na declaração d Sirte. Durante o período de 2004 – 2007, desenvolveu-se um programa de acção para a implementação do seguinte:

- Desenvolvimento e financiamento da Agricultura; Pescas, mercado de produtos alimentícios;
- Gestão e política da terra; redução dos Riscos de acidentes/desastres, segurança Alimentar; gado, desenvolvimento rural, Uso de Organismos Geneticamente Modificados;
- Reforço institucional; Integração do Conselho Ministerial Africano sobre a Água (AMCOW), a AMCEN e a Conferência dos Ministros da Agricultura como Escritórios Técnicos Especializados; assim como gestão e uso de águas partilhadas.

25. O plano de implementação pormenorizado para 2005 inclui medidas de política, tais como: estudos para o estabelecimento de um Fundo de desenvolvimento agrícola; a criação de um sistema de aviso prévio continental para a segurança alimentar; a instituição de uma agência para produtos agrícolas estratégicos; gestão da terra e dos solos; gestão e uso de águas partilhadas; e a promoção da redução dos riscos de desastres.

26. No transcurso do ano 2004, um número xxxxx de países alcançaram ou excederam os 10% do orçamento afectado à agricultura, enquanto que xyx países fizeram progressos significativos no orçamento actual visando a realização deste objectivo.

27. São feitas as seguintes recomendações para adopção:
1. Criação do Comité Africano de Segurança Alimentar em África bem como a Delegação da União Africana junto das Agencias Especializadas das UN em Roma, responsáveis pelas questões de segurança alimentar; deve-se dar ao Presidente da Comissão o mandato para tomar medidas apropriadas para a implementação da referida decisão, visto tratar-se de uma questão de urgência.
 2. Expandir o mandato do Conselho Fitossanitário Inter-africano por forma a facilitar o desenvolvimento de capacidades no continente sobre questões relacionadas com a vigilância e inspecção fitossanitárias, sistemas de aviso prévio para as pestes migratórias, análise dos riscos de pestes e peste integrada, a gestão de cultivos bem como a gestão e erradicação de pesticidas obsoletos.

1. Antecedentes e Contexto

Um dos desafios do desenvolvimento dos nossos tempos é a eliminação da fome crónica e extrema pobreza para milhões de pessoas no mundo. Assegurar que “todas as pessoas, a todo o momento, tenham acesso físico e económico a preferencias alimentares suficientes e seguras para uma vida activa e saudável”, é o objectivo mais importante que todas as nações devem seguir para as suas populações. A Cimeira Mundial sobre a Alimentação realizada em Roma (Itália), de 13 a 17 de Novembro de 1996 (WFS/CMA/96) instou à Comunidade mundial para reduzir à metade o número de pessoas que padecem de fome crónica no mundo, até 2005. Este objectivo figura entre os Objectivos de desenvolvimento do Milénio (MDGs/ODM), que nós temos que concretizar até 2015 e mais além. Algo relacionado com este desafio é o ‘7º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio’, que advoga pela redução, à metade, até 2015, da taxa populacional sem acesso a longo prazo à água potável e saudável e aos serviços de saneamento básicos. A África é actualmente o continente de maior insegurança alimentar e pobreza na terra, em que o acesso à água potável e segura continua a ser um sonho de milhões dos seus cidadãos. Não cabe a menor dúvida de que todos nós concordamos que o nosso desafio e responsabilidade comuns traduz-se em acções urgentes visando reverter esta tendência.

Cientes do potencial dos sectores agrícola e dos recursos naturais para a garantia da segurança alimentar e fomentar o desenvolvimento social e económico em África, os Chefes de Estado e de Governo da UA, na sua 3ª Sessão Ordinária, tida lugar em Maputo, em Julho de 2003, na Cimeira Extraordinária sobre a Agricultura e Água, realizada em Sirte, Líbia, em fevereiro de 2004, e a Cimeira Extraordinária sobre o Emprego e o Alívio da Pobreza, realizada em Ouagadougou, Burkina Faso, em Setembro de 2004, adoptaram várias decisões e declarações instando os Estados membros a dedicarem particular atenção ao desenvolvimento de diferentes sectores agrícolas. A Comissão da União Africana foi mandatada pelos Chefes de Estado e de Governo no sentido de facilitar a implementação de todas as decisões e declarações consagradas ao alcance do desenvolvimento agrícola e rural, incluindo a concretização da auto-suficiência na produção de alimentos e água potável e saneamento. Para o efeito, a CUA, nos últimos dois anos, levou a cabo inúmeras actividades e iniciativas para a implementação de decisões e declarações pertinentes, com vista à criação de políticas efectivas e de condições favoráveis à realização da segurança alimentar e redução da pobreza no continente. O Programa Africano de Desenvolvimento Agrícola Alargado (CAADP) e o Plano de Acção Para o Meio-ambiente da NEPAD formaram a plataforma de orientação, na qual foram concebidas as actividades da Comissão.

Tendo em vista a preparação das bases para acções futuras e o progresso na implementação das decisões ora mencionadas e para que as nossas acções colectivas sejam devidamente abordadas aos níveis continental, regional e

nacional, no presente relatório, vou tentar, sobretudo, debruçar-me sobre a actual e recente situação de segurança alimentar do nosso continente. Na segunda parte, irei esclarecer sobre o que a Comissão da UA e os diferentes actores no seio da comunidade internacional e das Comunidades Económicas Regionais estão a empreender ou a tentar fazer no âmbito do tratamento das várias questões concernentes à Agricultura em África, a Segurança Alimentar e a gestão dos Recursos Naturais. A terceira e última parte tem a ver com os progressos na implementação de decisões específicas dos Chefes de Estado e de Governo, através da CUA – DERA e os seus escritórios técnicos especializados, bem como de programas, tal como aprovado pelos respectivos órgãos da UA.

2. A actual situação de segurança alimentar

Como parte do seguimento de progressos na concretização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que visa reduzir à metade, em 2005, o número de pessoas que padecem de fome, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) acaba de emitir um relatório intitulado “A Situação da Segurança Alimentar no Mundo, 2004”. No relatório, o Director geral da FAO faz três observações importantes, a saber:

- i) “os esforços até agora empreendidos para a redução da fome crónica nos países em vias de desenvolvimento, não foram suficientes para se poder reduzir à metade, até 2015, o número de pessoas que padecem de fome;
- ii) Entre 2000 e 2002, mais de 30 países representando 2.2 bilhões de pessoas, reduziram a prevalência da subnutrição a 25% e fizeram progressos importantes em prol da redução à metade, até 2015, do número de pessoas que padecem de fome;
- iii) Os custos por não se tomarem acções imediatas e efectivas para a redução da fome a uma taxa comparável ao nível mundial, traduzem-se numa perda de 5 milhões de crianças, por razões nutricionais e de milhões de dólares pela queda da produtividade e receitas”

É encorajante notar que os 30 países que registaram progressos na tentativa de reduzirem a prevalência da fome para 25% ou mais, são da África Sub-saariana, excluindo os países afectados por conflitos ou guerras civis. Isto demonstra que com esforços concertados e havendo paz e segurança, os países Africanos são capazes de eliminar a fome e impedir a miséria.

Porém, convém notar que a situação de segurança alimentar, de modo geral, foi precária em muitas regiões e países, entre 2003 e 2004. As cifras abaixo descrevem-na por si só.

Prevalência da subnutrição em África – 1990/92 – 2000/02

Região	População 1990/92	2002/02	No de pessoas subnutridas 1990/92 – 2000/02	% de população subnutrida 1990/92 – 2000/02
África do Norte	120.4	144.4	5.4 6.1	4 4
África Central	63.4	82	22.7 45.2	36 55
África Oriental	167.8	217.7	76.4 86.2	46 40
África Austral	71	90.1	34.1 35.7	48 40
África Ocidental	175	230.3	37.2 36.4	21 16
SSA	477.2	620	170.4 203.5	36 33
África	597.6	764.4	175.8 209.6	29 27

Nota:

Nota: **África do Norte** – Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos e Tunísia.

África Central – Camarões, Rep. da África Central, Chade, Congo, RDC e Gabão.

África Oriental – Burundi, Eritreia, Etiópia, Quênia, Ruanda, Sudão, Uganda, Rep. Unida da Tanzânia.

África Austral – Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

África Ocidental – Benin, Burkina Faso, Cote d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Sierra Leone e Togo.

Enquanto que o rácio da população sub-alimentada em África desceu de 29% em 1990/92, para 27% em 2000/02, os números absolutos aumentaram de 175.8 milhões para cerca de 210 milhões de pessoas, das quais 97% eram de países da África Sub-sahariana.

Em 2004, a situação de segurança alimentar continuou a ser sintomática na maioria dos Estados membros da UA. Porém, segundo constatações de uma Rede dos Sistemas de Aviso Prévio sobre a Fome da USAID (FEWS), marcando presença em 20 países africanos, em meados de Novembro de 2004, 6 (seis)

países viveram situações de alerta pela Insegurança Alimentar de Emergência, requerendo acções urgentes; três outros em “estado de Alerta”, requerendo uma acção urgente; e dois outros sob “Observação”, requerendo prevenção e monitorização acrescidas (vide o mapa abaixo).

Estima-se que o número de pessoas em risco de subnutrição atinge os 23 milhões, com cerca de 14 milhões a necessitarem de uma assistência alimentar de urgência, em pelo menos 10 Estados membros da UA. As razões vão desde falências nas culturas à seca e cheias no Corno da Africa, passando pela problemática dos refugiados como consequência dos conflitos civis no Sudão e no Norte do Uganda, assim como as pragas de gafanhotos na Mauritânia. Para a África no seu conjunto, o fardo da importação de alimentos no ano 2000 aumentou para mais de 18.5 bilhões de dólares, devendo ser reforçada com uma ajuda alimentar de pelo menos 3 bilhões de toneladas. Para que se mantenha o rácio de segurança alimentar nesta região, até 2015, ao nível atingido em 1995, a África Sub-sahariana deverá produzir 118 milhões de toneladas de cereais, dos 139 milhões que são necessários.

A situação por região, em 2003 – 2004, pode ser caracterizada como a seguir:

Na **África oriental**, mesmo com o aumento apreciável (12%) registado na Tanzânia e Somália, a produção geral de cereais desceu de 22.6 milhões para 20 milhões de toneladas, devido ao regime de chuvas irregulares na Etiópia, a seca intensa na Eritreia, chuvas irregulares no Quênia e chuvas torrenciais no Uganda. Na realidade, a África Oriental ainda figura entre as regiões do continente mais afectadas.

Na **África Austral**, as estações foram caracterizadas pela queda da produção que, apesar de qualificada como um decréscimo ligeiro, ou seja de 17.5 milhões de toneladas, foi de longe inferior a de 2000, com 22.2 milhões de toneladas. A produção de trigo, por exemplo, desceu para os 9 %, em comparação com o nível de 2001. Este pobre desempenho agravado pela epidemia do VIH/SIDA que infesta a região, pode ser devido a factores tais como as altas temperaturas registadas na Africa do Sul, o principal produtor da região, a seca no Lesoto e Malawi, a irregularidade prolongada do regime de chuvas em Moçambique e, finalmente, pela crise política, conjugada com a pobre colheita em Madagáscar. Assim, após dois anos de fracas colheitas, a situação alimentar na África Austral piorou tendo, por conseguinte, forçado 14.4 milhões de pessoas a dependerem de ajuda alimentar de emergência.

Na **África Ocidental**, não obstante o facto de o volume das chuvas ter sido inferior às projecções normais, os países do Golfo da Guiné, de uma forma geral, registaram colheitas satisfatórios. Os distúrbios causados por conflitos, especialmente na Cote d'Ivoire, foram compensados pelos resultados satisfatórios alcançados pela Nigéria, que é o primeiro produtor na região. Por outro lado, nem por isso, a produção de cereais pelos 9 países membros do Comité Permanente Inter-Estados para o Controle da Seca no Sahel (CILSS), a decresceu para 3 % em relação a 2001, ela eventualmente aumentou para 11% em comparação o resultado normal (o promédio para os últimos cinco anos). Em

termos gerais, as consequências dos conflitos sociais na região (destruição de sectores produtivos, refugiados e pessoas deslocadas, etc.) bem como certos casos de seca, tem forçado alguns países da região a recorrerem à ajuda alimentar.

Na **África Central**, apenas os Camarões registaram uma produção importante de cereais. Alguns países foram vítimas da chegada tardia da estação chuvosa, enquanto que na República da África Central as chuvas não só eram irregulares, mas também tardias. Em termos gerais, houve necessidade de ajuda alimentar para os refugiados e deslocados no Congo e no Burundi.

Na **África do Norte**, apesar de uma queda ligeira, a produção de cereais em 2002, correspondeu à média para os cinco anos. A irregularidade na produção deveu-se, entre outros, à chegada tardia das chuvas na Argélia e Tunísia, a redução de áreas cultivadas chuvas irregulares e temperaturas altas no Sudão, e distúrbios ligados à escalada de conflitos. Os níveis de rendimento registados em Marrocos (na produção da cevada, em particular) compensou os défices incorridos, especialmente na Argélia. A situação alimentar deteriorou-se muito mais na Mauritânia.

Esta breve resenha da situação por região, descreve o âmbito da problemática da segurança alimentar no continente. A tabela abaixo ilustra as áreas em que várias fontes estimam que a assistência alimentar de emergência era necessária, durante a estação de 2004. Os prognósticos para 2005, uma componente importante de qualquer sistema de aviso prévio, indica que a situação de segurança alimentar está longe de melhorar num número considerável de países, devido a conflitos civis prevalecentes ou por causa de irregularidades das chuvas.

Estimativas de ajuda alimentar de emergência necessária em alguns Estados Membros da UA, em 2004 (Fonte: FEWS/USAID 2004)

País	Situação da População em Risco	Beneficiários Ajuda Alimentar	Observações	Prognósticos p/ 2005
Chade	201,200	197,000	Refugiados acampados, com 18, 668 em climas precários + escassez de água.	Possível aumento
Djibuti	100,000	61,757	-	Possível aumento
Eritreia	1,900.000	1,400.000	-	Sem alterações
Etiópia	7,300.000	5,300.000	“	Possível aumento
Quênia	2,700.000	2,700.000	Sem necessidade	Possível aumento, a necessitar de

				43,000 MT, Jan. - Mar. 2005
Malawi	1,700.000	1,300.000	Sem necessidade	Sem alterações
Mauritânia	1,000.000	285,000	Surto de Gafanhotos	Sem alterações
Somália	1,3000	700,000	Cheias/Inundações	Sem alterações
Uganda	1,980.000	1,980.000	Conflitos civis no Norte	Sem alterações
Zimbabwe	4,800.000	Não disponível	-	-

Total 22, 981.200 13,923.757

2.2. Recentemente, foram tomadas iniciativas e acções para a redução da pobreza e a insegurança alimentar em África.

2.2.1 Iniciativas e acções da Comunidade internacional

A comunidade internacional tem sido ferventemente mobilizada para ajudar as NU nos seus esforços visando pôr fim a um dos desafios fundamentais da humanidade em prol da sobrevivência e prosperidade no Século XXI. Convínhamos citar as seguinte realizações dentre as mais recentes e importantes iniciativas:

Iniciativa/Ano	Objectivo/Meta	Resultado/Impacto
1. A cimeira Mundial sobre Agricultura (Roma, 1996).	Combatendo a fome e a pobreza no mundo.	Os MDGs/ODM foram Adoptados pela Missão e Visões de desenvolvimento dos Estados Membros da UA, com vista a reduzir à metade, até 2015, o número de pessoas padecendo de fome no mundo.
2. Cimeira Mundial sobre a Alimentação: “passados cinco anos” (Roma, 2002)	Avaliação da Implementação dos objectivos da Cimeira Mundial sobre a Alimentação.	Proclamada a Aliança Internacional Contra a Fome. Criação do Programa Especial de Segurança Alimentar (SFSP/PESA) para os PMDs, em colaboração com a FAO, 40 Estados Membros da UA , e assistidas quase todas as CERs, na sua colaboração e execução do PESA.
3. Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, Agosto/Setembro)	Para avaliar e acelerar a Cimeira Mundial das NU sobre o Meio-ambiente “Plano de Acção 21” e os Objectivos de Desenvolvimento	Adopção de medidas amplas de políticas para o alívio da pobreza; a Declaração Ministerial africana sobre o alívio da pobreza como um requisito indispensável para o

de 2002).	Sustentável ao nível Mundial.	desenvolvimento sustentável em África.
4. A Cimeira do Milénio (Setembro de 2000)	Fortalecido o papel das NU Nos desafios do Século XXI.	A Declaração e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG/ODM). Estados Membros da UA adoptam os ODM; a Visão e Missões da UA, e os ODM incorporados nos PRSPs.
5. A Cimeira dos G8 em Génova, Itália, Julho de 2001.	Combatendo a fome e a lavagem de dinheiro/terrorismo	O Plano de Génova para a África reconhece que a “Segurança Alimentar, Educação e Saúde constituem todos o 3o maior mastro do desenvolvimento.
6. A Cimeira de Kananaskie Canadá, em Julho de 2002.	Para combater o terrorismo e fortalecer o Crescimento Económico Mundial, e desenvolver uma parceria com a África .	Adopção do Plano de Acção para a África, em resposta à NEPAD.
7. Cimeira do G8 em Evian, França, 2003	Seguimento da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável e sobre Questões Regionais.	Adopção do Plano de Acção para a Saúde, Água e o Controlo da Fome em África.
8. Conferencia Africana – ‘Visão 2020’ (IFPRI)	Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional em África, até 2020.	Priorizar acções visando fortalecer os actores e facilitar parcerias nos Estados Membros.

Uma das inúmeras iniciativas tomadas pela FAO visando alcançar as metas da Cimeira Mundial sobre a Alimentação e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, é o Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA) consagrado à assistência aos países em vias de desenvolvimento, particularmente os Países de Baixo-Rendimento e Deficientes em termos Alimentares (LIFDC/PBRDA), visando melhorar a segurança alimentar doméstica e nacional. O programa visa oferecer meios a pequenos grupos de camponeses para o aumento da produtividade e a redução da variabilidade anual da produção e, subsequentemente, um melhor acesso global à alimentação para as famílias, comunidades e mercados locais. Neste sentido, a FAO proporcionou assistência na elaboração e implementação do PESA, em pelo menos 40 países africanos e na maior parte das CERs.

Reconhece-se agora que as melhores vias e meios para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio à respeito da segurança alimentar consistem na incorporação destes nas estratégias de redução da pobreza aos níveis nacional e regional. As estratégias para a redução da insegurança alimentar devem necessariamente apoiar-se no crescimento da agricultura, único elemento que

pode contribuir melhor do que outros sectores para a redução da pobreza e da fome nas zonas rurais e urbanas.

Estas estratégias devem igualmente incluir algumas medidas colaterais alvo para o acesso alimentar acrescido àquelas pessoas que não podem satisfazer as suas necessidades nutricionais através da sua própria produção, ou que carecem de meios para comprar géneros alimentícios.

2.2.2 Iniciativas e Acções da União Africana

Isto deve-se ao facto destes terem o pleno conhecimento dos desafios e constrangimentos e, especialmente a certeza de que os próprios africanos podem garantir a sua segurança alimentar através do desenvolvimento endógeno que os Chefes de Estado apostaram para a concretização da segurança alimentar no continente. Das iniciativas mais recentes destacam-se as seguintes:

Iniciativa/ano	Objectivo/Meta	Resultado/Impacto
1. Posição Comum Africana sobre Segurança alimentar e Desenvolvimento da agricultura, a Declaração dos Ministros africanos na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, adoptada em Nairobi, Quénia, em 2001.	Revitalização do sector agrícola e alimentar de Africa, para a prosperidade económica e o bem-estar das suas populações.	Adopção do CAADP e do Plano de Acção da NEPAD sobre o Meio-Ambiente.
3. Criação do DERA no seio da CUA com Divisões para a Segurança Alimentar, 2003.	Dedicar especial atenção à agricultura e economia rural...	Desenvolvimento de Programas de Acção e plataformas estratégicas visando enfrentar os desafios da concretização do desenvolvimento integrado e sustentável da agricultura e aguas no continente.
4. A Declaração de Sirte sobre os Desafios do Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Água e Agricultura em África (Sirte, Líbia – Fevereiro de 2004).	Fazer da agricultura e Água o motor do desenvolvimento sustentável de África.	Campanhas de sensibilização e conscientização sobre o potencial papel da agricultura no alívio da pobreza e a criação de empregos nos Estados Membros.
5. A Declaração de Ouagadougou (Setembro de 2004) sobre o Emprego e Redução da	Acelerar o Alívio da pobreza em África.	

Pobreza em África, 2004.		
--------------------------	--	--

Estas acções recentes constituem provas palpáveis do compromisso dos líderes africanos para a erradicação desta crise endémica da pobreza e de insegurança alimentar no continente. A característica comum destes compromissos consiste na ampla visão de como lidar com todos os aspectos inerentes à pobreza, emprego e insegurança alimentar particularmente nas zonas rurais, ambos constituindo as causas que estão na origem deste flagelo e a principal causa do crescimento e desenvolvimento económicos do continente.

2.2.3 Iniciativas e Acções das CERs

Reflectindo sobre a finalidade e compromisso comuns para com a nossa agenda de desenvolvimento, as várias iniciativas da UA estão a ser seguidas pelas CERs. A título de exemplo, é a realização de uma Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da região da SADC, em Dar Es Salaam, em Maio de 2004 e segunda reunião dos Ministros da Agricultura do COMESA, que teve lugar em Nairobi, Quênia, de 15 a 16 de Outubro de 2004, cujas resoluções evocaram amplamente os compromissos de Maputo e Sirte para com o sector da agricultura, incluindo a decisão de se conceber pelo menos 10 % dos orçamentos nacionais para a agricultura. Estas iniciativas reflectem sem dúvidas, os compromissos nacionais dos países membros.

2.2.4 Os Desafios e Vias a Seguir na coordenação de iniciativas aos níveis continental e global.

Não obstante todos esses esforços e iniciativas importantes, a situação prevalecente até agora não foi impressionante. Em 2002, cerca de 30 milhões de africanos precisavam de ajuda alimentar de emergência, isto é mais 2 milhões do que em 2001. Além de mais, com a importação de 48 milhões de toneladas de cereais em 2003, o continente mostrou claramente que com este passo, é impossível alcançar-se os objectivos do Milénio para a redução, à metade, até 2015, do número de pessoas sofrendo de fome e sede.

No contexto africano actual, a disponibilidade de géneros alimentícios constitui a base da segurança alimentar e depende principalmente da produção agrícola e, particularmente, da produção de alimentos. Porém, não obstante a ocupação agro-pastoral (pelo menos uns 70% da população do continente vive em zonas rurais e depende directamente da agricultura e dos recursos naturais) e imensas potencialidades de todo o tipo, a agricultura de África apresenta como seu perfil de contraste, “uma produção altamente diversificada, rendimentos agrícolas relativamente baixos e uma dependência na exportação de bens, caracterizada por uma baixa elasticidade da procura e uma volatilidade dos preços...” (FAO, 2003). Como parte da concretização dos compromissos renovados para a promoção da agricultura africana e mudança desta tendência, tal como preconizado nas *Declarações de Maputo e Sirte*, a Comissão da união Africana, e a NEPAD o seu programa especial tomaram medidas para a criação do Mercado Comum para os Produtos Agrícolas, reservas estratégicas de alimentos e o sistema de aviso prévio para os géneros alimentícios.

A Comissão, com a assistência especial da FAO, está presentemente a realizar estudos sobre o estabelecimento do Mercado Comum para os Produtos Agrícolas visando fazer com que o Mercado Inter-africano de Produtos Agrícolas seja a solução chave perante a marginalização da África no Comércio Mundial, e considerá-la também como um aspecto importante para um consumo local proporcional, de conformidade com a Decisão de Lusaka sobre o Comércio Intra-africano de Produtos Agrícolas. Este estudo, que vai ser realizado pelo continente e em colaboração com as CERs, deverá definir as estratégias e promover o estabelecimento de planos de acção para a integração e promoção do comércio Inter-africano entre regiões com excedentes de produção e zonas afectadas por lacunas comerciais ou consumidores em grande escala. A criação deste Mercado Comum africano é o mais importante, tendo em conta que apenas 10% do volume total dos produtos africanos vão para outros países africanos, enquanto que na maioria dos casos, mais de 80 % dos produtos locais de outros continentes são comercializados internamente.

Por outro lado, a criação de reservas alimentares estratégicas deverá estar em linha com a decisão de Maputo para o estabelecimento de armazenamento estratégico ou sistemas de reservas por forma a garantir, permanentemente, a disponibilidade dos principais produtos agrícolas, o abastecimento estável, assim como o acesso para as regiões e locais e, por conseguinte, limitar a certos efeitos da dependência directa do continente da ajuda alimentar e das importações. Seguindo as recomendações de um estudo anterior, a NEPAD criou estes sistemas com a colaboração dos seus parceiros, incluindo a União europeia, a FAO o PAM e em colaboração com as CERs. Existe um plano de acção indicativo para 2005-2007 que prevê a partilha de papéis e responsabilidades dos vários participantes aos níveis nacional, regional e continental.

O estabelecimento de um sistema de aviso prévio fiável e capaz de antecipar a emergência de crises alimentares, fazendo um balanço da produção e de recursos disponíveis bem dos fenómenos de monitorização tais como os desastres naturais (cheias, seca, invasões ou surtos de doenças endémicas que afectam animais, cereais e plantas) é essencial, já que constitui o instrumento preferencial para o combate da insegurança alimentar. Considerada como uma das prioridades da parceria Africa-Europa, esta questão do sistema de aviso prévio está a ser abordada através de um estudo conjunto que acaba de ser comissionado com a assistência da FAO, na África Ocidental, Oriental e Austral. Os parceiros concordaram com estas medidas para a conclusão deste estudo com a componente “Transportes e Comunicações”. Na realidade, é evidente que, nas nossas condições actuais, um tal sistema de alerta prévio, não pode ser eficiente se não se poder indicar as facilidades de acesso/ou intercâmbios entre zonas que produzem mais ou menos produtos para o consumidor. Além disso, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação hoje desempenham um papel importante na promoção de uma disseminação de informação efectiva, em particular, visando pôr termo às crises alimentar e humanitária.

No entanto, enquanto que estas iniciativas são tomadas gradualmente, a cadeia dos défices nas colheitas e na produção de cereais, na maioria das nossas regiões (devido aos conflitos sociais ou perturbações climatéricas e a intervenção ou prevalência de fenómenos naturais incontrolláveis, tais como as recentes invasões de gafanhotos), nos fazem lembrar que o fenómeno da insegurança alimentar, propriamente dito, agravou-se ainda mais. Esta situação exige que a África e os seus parceiros aumentem os seus esforços e assegurem uma melhor coordenação das actividades de controle. É neste contexto que a Comissão submete à Cimeira a presente proposta para o estabelecimento de um Comité de Segurança Alimentar Africano.

2.2.4.1 O Comité de Segurança Alimentar Africano

À semelhança do Comité de Segurança Alimentar Mundial, o Comité Africano terá a cargo a promoção e coordenação de actividades e iniciativas visadas a reduzir a insegurança alimentar.

O seu mandato específico será de:

- i) Servir como fórum e plataforma para o intercâmbio ou trocas de tudo quanto se relaciona com a segurança alimentar em África;
- ii) Dar conselhos e assistência necessários para a aceleração da criação do sistema de aviso prévio abrangente e efectivo, por forma a torná-lo no instrumento preferencial do Comité de gestão e controle de crises alimentares em África;
- iii) Dar conselhos e assistência indispensáveis aos Estados africanos e CERs com vista a acelerar o estabelecimento de reservas estratégicas de géneros alimentícios e o Mercado Comum Africano de Produtos Agrícolas, visando garantir a segurança alimentar do continente;
- iv) Dar conselhos e apoio necessários para a promoção de projectos importantes da NEPAD, enfocando sobre os produtos agrícolas estratégicos tais como o arroz (NERICA), o milho e a mandioca em áreas produtivas de África;
- v) Garantir o aconselhamento e assistência necessários para a promoção de estratégias em prol do desenvolvimento da produção agrícola em África, bem como a assistência necessária para a angariação de fundos e a implementação de medidas suplementares para a erradicação da pobreza e a insegurança alimentar nas zonas rurais e urbanas;
- vi) Promover iniciativas visando mudar os hábitos alimentares, para que seja assegurada uma dieta alimentar balanceada à favor dos pobres nas zonas rurais e urbanas;

- vii) Promover e defender os interesses da África, actuando como um elo de ligação muito próximo entre os níveis continental e mundial, e submeter relatórios à UA, de forma regular;

Propôs-se que o Comité fosse constituído Por:

- Cinco personalidades africanas de renome internacional e reconhecidas neste domínio;
- Cinco personalidades notáveis, devidamente seleccionadas de outros continentes, com base em experiências comprovadas na redução da pobreza e insegurança alimentar;
- Um representante das organizações internacionais (devidamente seleccionado) que sejam parceiras de desenvolvimento de África neste domínio: PNUD, FAO, PAM, IFAD, CEA, CCD, BM (Banco Mundial), etc.)
- Dois representantes (devidamente seleccionados) do Comité de Segurança Alimentar;
- Um representante (devidamente nomeado) de cada Comunidade Económica Regional (CER);
- Um representante (devidamente nomeado) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);
- Um representante (membro interino das sessões do Comité) de organizações regionais africanas, tais como o CILSS;
- Um representante (membro interino das sessões do Comité) de ONGs e de Centros de Investigação Alimentar em África;

2.2.4.2 Representação da UA em Roma, em particular, junto da FAO, responsável pela Segurança Alimentar em África

A União Africana, ao adoptar a sua visão e plano estratégico para os próximos 4 anos, delineou entre outros, o objectivo de ajudar a reduzir a pobreza e a insegurança alimentar em África. Para este efeito, ela deverá cerrar fileiras com os seus principais parceiros e harmonizar as iniciativas tomadas ou a serem tomadas naquela plataforma. Tendo em conta que as agências especializadas do sistema das NU, a FAO, IFAD, PAM em Roma e a UNESCO em Bona foram, respectivamente, mandatadas a contribuir para a concretização e monitorização dos objectivos específicos do desenvolvimento do Milénio a nível mundial, a UA é que deveria interessar-se em aproveitar a oportunidade para institucionalizar a sua cooperação com estas agências. Propõe-se que seja estabelecida uma estrutura simples/ligeira no seio destas agências sediadas em Roma, não apenas para gerirem o Secretariado da Comissão Africana para a Segurança Alimentar, mas também para assegurar a monitorização quotidiana dos

programas conjuntos e das acções previstas neste campo. Tendo em vista a visão da UA, bem como os objectivos estratégicos e papéis envolvendo a coordenação, defesa, monitoramento/avaliação e harmonização das políticas da Comissão, o mandato específico da delegação será:

- i. facilitar a coordenação de iniciativas para a promoção da segurança alimentar em África;
- ii. promover a cooperação entre as agências especializadas das NU e a UA nos esforços para a redução da pobreza e insegurança alimentar em África;
- iii. promover e coordenar a implementação de programas conjuntos da UA/FAO e dos planos de acção para a segurança alimentar em África;
- iv. identificar e propor à consideração do Comité Africano para a Segurança Alimentar, questões delicadas que podem vir a obstruir a segurança alimentar para as populações africanas.
- v. Gerir o Secretariado do Comité Africano para a Segurança Alimentar e submeter relatórios à Comissão.

2.2.4.3 Decisões a serem tomadas pela Cimeira

Tendo em conta a situação de segurança alimentar do continente, tal como recapitulada acima, seria oportuno se o Comité tomasse a decisão sobre a criação do Comité Africano para a Segurança Alimentar em África, bem como a representação da UA em Roma, responsável pelas questões relacionadas com a segurança alimentar, para além de atribuir ao Presidente da Comissão o mandato de tomar medidas apropriadas visando a implementação da referida decisão, visto tratar-se de uma questão de urgência:

2.3 A Ameaça do Gafanhoto à segurança alimentar em África

O continente africano está a experimentar uma nova, expansiva e das piores vagas de gafanhotos do deserto em mais de 15 anos. Esta situação é consequência do regresso de condições climáticas favoráveis, depois de vários anos de seca, e o enfraquecimento dos sistemas nacionais de monitorização e vigilância permanentes. Choveu bastante durante o verão de 2003, no Sahel da África Ocidental e Sudão, causando pragas locais na Mauritânia, Mali, Niger e Sudão, em Outubro. No mês de Novembro, enxames movimentaram-se em direcção ao Noroeste de África, onde ocorreram reproduções no Outono de 2004, tendo como resultado o desenvolvimento de uma praga.

A situação provocada pelo gafanhoto do deserto continua a ser extremamente grave no Noroeste de África e, menos grave na África ocidental. O norte de Marrocos e a Argélia continuam a registar a entrada de enxames provenientes do Sahel. Indica-se igualmente a chegada de uma gama de enxames imaturos no Sul da Mauritânia, no Nordeste do Senegal e Mali ocidental. Estão a ser

introduzidos mecanismos de controle em todos os países afectados e, para além de que foram tratados cerca de meio milhão de hectares, até Dezembro.

Assim, numa altura em que os gafanhotos daninhos estão a ameaçar os esforços agrícolas de toda uma região já mergulhada numa situação alimentar precária, nenhuma das organizações de controle do gafanhoto existentes está em posição de organizar uma campanha anti-gafanhoto de maneira eficiente a tempo, devido à falta de meios e de recursos humanos experientes. Esta situação colocou as comunidades de agricultores nas zonas afectadas, a mercê das pestes, pois são conhecidas pelos seus poderes de destruição que ocorre muito raramente, visto saber-se que uma pequena parte de uma média de insectos, ou seja, cerca de uma tonelada de gafanhotos, come a mesma quantidade de alimentos diariamente, da mesma maneira que o fazem 2 500 pessoas.

O combate à invasão de gafanhotos causou enormes prejuízos em termos de recursos até certo ponto atingindo cerca de 30 milhões de \$EU em Marrocos, para a campanha de 2003-2004. A maior parte dos países afectados do Nordeste de África, como a Argélia, Líbia e a Tunísia possuem sectores agrícolas importantes que podem justificar operações de controle onerosas. Convém notar que o gafanhoto invasor provem dos países do Sahel, e até mesmo das zonas mais pobres de África, onde a agricultura se encontra principalmente num nível de subsistência, e os recursos para a vigilância e controle do gafanhoto são funestamente inadequados.

Dever-se-á dar atenção especial à mobilização de recursos por forma a por termo a este estado de coisas, especialmente no Sul do Sahel, visto que esta área constitui o corredor principal do gafanhoto entre o Saara e os países do extremo Norte. Segundo algumas estimativas, para cada dólar despendido para o controlo do Gafanhoto no Sahel, poupam-se entre 2 e 4 dólares que se gastam no norte, à posteriori. Dai, a necessidade de haver mais esforços centrando-se nas regiões do Sahel meridional, visando evitar a migração das pestes.

Nos países sahelianos afectados pelo surto de 2003-2004, a agricultura contribui entre 20 e 40 por cento do produto interno bruto. O espaço aéreo, impregnado de gafanhotos do deserto, traz consigo uma sombra de desespero sobre a vida de milhões de agricultores e pastores ou criadores de gado. A maior parte dos países afectados carecem dos meios necessários para enfrentarem a situação, requerendo uma assistência urgente, passando por uma campanha bem coordenada de controle do gafanhoto do deserto entre agora e o fim da estação das colheitas, por forma a proteger os cultivos na região do Magrebe e reduzir os riscos de invasão dos insectos aos países Sahelianos, no próximo verão. Acrescentando-se à assistência alimentar às populações mais vulneráveis, inúmeras famílias de agricultores terão a necessidade de sementes e outros artigos para a 'estação morta'. Também é necessário fazer-se uma monitorização e preparação contínuas para o controle do gafanhoto do deserto.

2.3.1 O Papel da Comissão da UA no Combate ao Gafanhoto do Deserto

Tendo em consideração a séria ameaça imposta pelo recrudescimento do gafanhoto do deserto à segurança alimentar em alguns Estados membros, o Comité de Políticas da UA do Fundo Especial de Emergência para a Seca e a Fome em África (SEAF), na sua 10ª Reunião Extraordinária, realizada a 13 de Agosto de 2003, aprovou o valor total de um milhão de \$EU com a finalidade de assistir governos e populações dos 9 países severamente afectados pelo surto do gafanhoto.

A UA está também envolvida na mobilização e consolidação das capacidades de Organizações de Controle do Gafanhoto do Deserto, levando a cabo as seguintes actividades:

- i) Conduzir a monitorização aérea contínua das populações de gafanhoto e identificar sítios apropriados para o controle preventivo;
- ii) Estabelecer um banco de dados sobre os campos de populações do gafanhoto e manter-se constantemente em comunicação com outras instituições, tais como a FAO e outros departamentos nacionais de protecção de Plantas, para a troca de informações;
- iii) Criar um fluxo contínuo de relatórios de situação e apresentá-los aos Estados Membros e a todos os interessados;
- iv) Promover tecnologias adaptáveis ao Meio-ambiente, através da formação, seminários etc.;
- v) Em casos de emergência, activar o mecanismo de transferencia de fundos de emergência visando estabelecer o controle operacional;
- vi) Promover uma abordagem de natureza comunitária na aplicação dos métodos de controle mecânico, térmico e químico.

Considerando o facto de o problema do gafanhoto do deserto não respeitar as fronteiras nacionais e colocar-se acima das fronteiras políticas, nós instamos os Estados Membros especialmente os que se encontram nas zonas de alto risco no sentido de:

- i) Adoptarem uma abordagem regional em relação ao problema, através do fortalecimento e/ou estabelecimento de infra-estruturas regionais para a protecção de plantas;
- ii) Apoiar e reforçar as capacidades dos seus departamentos nacionais de protecção de Plantas, na coordenação das actividades consagradas ao controle do gafanhoto;

- iii) Estabelecer, onde não existir, Departamentos Nacionais de Protecção de Plantas;
- iv) Instar aos seus Departamentos Nacionais de Protecção de Plantas no sentido de criarem e fortalecer ligações institucionais com organizações de controle do Gafanhoto do Deserto tais como a DLCO-EA, CLCPRO etc., através de Memorandos de Entendimento sobre a necessidade de trabalharem juntos.

2005

Report on the status of food security in Africa

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4374>

Downloaded from African Union Common Repository